

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### VISÃO GERAL

Em 19 de fevereiro de 2018, foi concluída a operação com a Queiroz Galvão Energia S.A. com a aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri" ou "Companhia"), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, em Minas Gerais.

A PCH Mucuri foi criada em 2007, e teve início de operação comercial em 2013. Sua atividade principal é a geração de energia elétrica.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

#### Receita Líquida

Em 2025, a receita líquida obtida com as vendas de energia elétrica totalizou R\$30.177 mil, 2% superior em relação a registrada em 2024, de R\$29.660 mil. O aumento da receita líquida é justificado pela usina possuir garantia física fixada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o que determina a quantidade de energia que pode ser vendida.

#### Custo dos Serviços Vendidos ("CSV")

O custo dos serviços vendidos em 2025 totalizou R\$19.787 mil, 31% superior ao registrado em 2024, de R\$15.052mil. A justificativa ocorre em razão da elevação dos gastos com combustível e energia elétrica.

#### Lucro Bruto

A redução do lucro bruto de R\$10.390 mil em 2025 contra R\$14.608 mil em 2024 é explicado pelo resultado operacional acima exposto.

#### Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$311 mil em 2025, 211% superior ao montante registrado em 2024 de R\$100 mil. Este aumento deriva, principalmente de outros impostos e taxas.

#### Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$1.222 mil em 2025, comparado ao resultado negativo de R\$1.826 mil em 2024.

A redução das despesas financeiras, passando de R\$2.500 mil em 2024 para R\$1.508 mil em 2025 é explicada substancialmente pela redução dos juros sobre os empréstimos e financiamentos.

#### Resultado Líquido

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro líquido de R\$7.800 mil em 2025, em comparação ao lucro líquido de R\$7.578 mil do ano anterior.

## Endividamento

O endividamento foi de R\$15.581 mil em 2025, 17% inferior ao montante registrado em 2024 de R\$18.836 mil, refletindo 76% dos vencimentos no longo prazo e 24% no curto prazo. A dívida é em moeda local e a diminuição da dívida bruta deriva das liquidações das parcelas mensais dos empréstimos e financiamentos efetuadas no período.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi positiva em R\$2.295 em 2025 e apresentou um aumento de -70% comparada ao saldo de R\$7.526 mil em 2024. Dos quais 100% estavam aplicados em fundo exclusivo que aloca recursos em instrumentos de renda fixa que são diversificados entre títulos públicos de instituições financeiras privadas e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo.

## DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente a 3% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício, que deve ser distribuído proporcionalmente aos acionistas de qualquer espécie, classe e categoria, calculados pelo sistema "pro rata tempore" em relação às subscrições de capital efetuadas no exercício base de cálculo.

Em 2025 a Companhia apresentou lucro do exercício no montante de R\$7.800, entretanto a Companhia apresenta prejuízos acumulados de anos anteriores, desta forma, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos.

## RATING

Ao longo do ano de 2025, a Companhia manteve o rating brAAA na escala global pelas agências *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's* para a maioria dos seus investimentos financeiros.

## SUSTENTABILIDADE

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## GOVERNANÇA

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.

## PESSOAS

A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.



# Mucuri Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025  
e relatório do auditor independente**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Mucuri Energética S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Mucuri Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da



Mucuri Energética S.A.

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Mucuri Energética S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by  
Signed By: Daniel Vinicius Fumo 22754687818  
CPF: 231042318-8  
Signer Role: Sócios  
Signed Time: 01 de abril de 2026 | 18:26 BRT  
O: KCP-Brazil, OU: Certificado Digital PF A1  
C: BR  
Issuer: AC: SigaSignID Multiple  
#11041235522448

Daniel Vinicius Fumo  
Contador CRC 1SP256197/O-9



# Mucuri Energética S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025

## ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	6
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7
3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	7
4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	13
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	16
8 PARTES RELACIONADAS.....	16
9 IMOBILIZADO.....	17
10 INTANGÍVEL.....	17
11 FORNECEDORES.....	17
12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	18
13 TRIBUTOS A RECOLHER.....	19
14 OUTROS PASSIVOS.....	19
15 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS.....	20
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	21
17 RESULTADO POR AÇÃO.....	21
18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO.....	22
19 RECEITA LÍQUIDA.....	22
20 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA.....	22
21 RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO.....	23
22 COBERTURA DE SEGUROS.....	24
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	25

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.295	7.526
Contas a receber de clientes	7	2.776	2.672
Tributos a recuperar		395	
Outros ativos		257	2.422
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.723</b>	<b>12.620</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras	6	46.757	29.183
Depósitos judiciais		21	16
Imobilizado	9	93.095	95.434
Intangível	10	6.694	7.033
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>146.567</b>	<b>131.666</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>152.290</b>	<b>144.286</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	11	3.457	1.766
Empréstimos e financiamentos	12	3.779	3.693
Tributos a recolher	13	673	756
Outros passivos	14	2.566	1.895
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>10.475</b>	<b>8.110</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	11.802	15.143
Provisão para passivos judiciais	15	5.560	5.105
Outros passivos	14	10.516	9.791
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>27.878</b>	<b>30.039</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>38.353</b>	<b>38.149</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16	183.056	183.056
Prejuízos acumulados		(69.119)	(76.919)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>113.937</b>	<b>106.137</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>152.290</b>	<b>144.286</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>19</b>	<b>30.177</b>	29.660
Custo dos produtos vendidos	<b>20</b>	<b>(19.787)</b>	(15.052)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>10.390</b>	<b>14.608</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	20	<b>(311)</b>	(100)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<b>20</b>	<b>(536)</b>	(3.079)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>9.543</b>	<b>11.429</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Despesas	18	<b>(1.508)</b>	(2.500)
Receitas		<b>5.745</b>	3.031
Variações cambiais monetárias, líquidas		<b>(3.015)</b>	(2.357)
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>10.765</b>	<b>9.603</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	21	<b>(2.965)</b>	(2.025)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>7.800</b>	<b>7.578</b>
<b>Resultado do exercício</b>			
Básico	17.1	<b>0,04261</b>	<b>0,04140</b>
Diluído	17.2	<b>0,04261</b>	<b>0,04140</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.800</b>	7.578
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>7.800</b>	7.578

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>183.056</b>	<b>(84.497)</b>	<b>98.559</b>
<b>Resultado abrangente total</b>			
Resultado do exercício		<b>7.578</b>	<b>7.578</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>183.056</b>	<b>(76.919)</b>	<b>106.137</b>
<b>Resultado abrangente total</b>			
Resultado do exercício		<b>7.800</b>	<b>7.800</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>183.056</b>	<b>(69.119)</b>	<b>113.937</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>7.800</b>	<b>7.578</b>
<b>Ajustes por</b>		
Depreciação e amortização (nota 9 e 10)	3.127	3.111
Variações monetárias e cambiais, líquidas (nota 18)	3.015	2.357
Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 12.3)	1.311	1.571
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(5.324)	(2.692)
Provisão de passivos judiciais, líquido	(201)	3.085
<b>Decréscimo (acréscimo) em ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(104)	(582)
Depósitos judiciais	(5)	(171)
Tributos a recuperar	(395)	
Outros ativos	2.364	(2.029)
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>		
Fornecedores	1.698	(42)
Tributos a recolher	2.390	1.691
Outros passivos	(740)	(471)
<b>Caixa gerado das operações</b>	<b>14.936</b>	<b>13.406</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 12.3)	(1.311)	(1.587)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	3.676	1.887
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.473)	(1.483)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>14.828</b>	<b>12.223</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Adições de imobilizado (nota 9)	(449)	(452)
Aplicações financeiras, líquidas	(15.926)	(5.909)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(16.375)</b>	<b>(6.361)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (nota 12.3)	(3.684)	(3.616)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.684)</b>	<b>(3.616)</b>
<b>Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	7.526	5.280
No final do exercício	2.295	7.526
<b>Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.231)</b>	<b>2.246</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Mucuri Energética S.A. (“PCH Mucuri” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada a atuar como produtora independente de energia elétrica, com sede na cidade de São Paulo no estado de São Paulo e tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir da hidrelétrica PCH Mucuri, para a exploração do potencial hidráulico com 19 MW por ano de potência total instalada, no Rio Mucuri, localizado nos Municípios de Pavão e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio da Resolução nº. 749 de 18 de dezembro de 2002, autorizou a PCH Mucuri iniciar a sua operação comercial a partir desta data. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº. 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto nº. 2.003/1996, bem como no artigo 26 da Lei nº. 9.427/1996, com a redação dada pela Lei nº. 9.648/1998.

A autorização de exploração tem vigência de 32 anos e 9 meses iniciado a partir de 18 de dezembro de 2002, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. Através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, a autorização de exploração passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. A Companhia possui um contrato de venda de longo prazo no ambiente de contratação livre, com característica de compra e venda e energia incentivada.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. (“Controladora”) que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia em 01 de abril de 2026.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R\$”), exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.15.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

## 3 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025.

### 3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

#### 3.1.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

### 3.2 Políticas contábeis adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

### 3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

### 3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

### 3.2.3 Instrumentos Financeiros

#### 3.2.3.1 Classificação

Os instrumentos são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado; e
- (ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

#### 3.2.3.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

#### 3.2.3.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras.

#### 3.2.3.4 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

##### 3.2.3.4.1 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;

- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

### 3.2.4 Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

### 3.2.5 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

### 3.2.6 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro presumido, no qual o IRPJ e a CSLL são apurados com base em percentuais aplicados sobre a receita bruta. Em razão desse regime de tributação, não há reconhecimento de ativos ou passivos de tributos diferidos nas demonstrações financeiras.

### **3.2.7 Contas a pagar aos fornecedores**

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

### **3.2.8 Empréstimos e financiamentos**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

### **3.2.9 Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

### **3.2.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **3.2.11 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### **3.2.12 Reconhecimento da receita**

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em obrigação de desempenho seja cumprida e que haja a obtenção substancial da totalidade dos benefícios econômicos pela Companhia.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Toda a energia é negociada no Ambiente de Comercialização Livre ("ACL"), sendo que a entrega da energia é formalizada nos sistemas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional ("SIN").

O volume passivo de ser negociado é dado pela garantia física, definida em 11,95 MW pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A medição contábil do volume de energia é dada pela garantia física sazonalizada, ajustada pelo Generation Scaling Factor ("GSF"), que é a razão do total de energia gerada pelo total da garantia física sazonalizada pelas usinas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia ("MRE").

O (“MRE”) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, e as despesas decorrentes do déficit energético entre a garantia física sazonalizada e a medição contábil resultante do MRE, quando esse déficit existir.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apresentada líquida de qualquer imposto incidentes, reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

### 3.2.13 Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros, despesas bancárias, juros sobre empréstimos e financiamentos e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

### 3.2.14 Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

### 3.2.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 9);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (nota 9 e 10); e
- provisão para passivos judiciais (nota 15).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

## 3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18 (IFRS® Accounting Standards), conforme divulgado abaixo.

Com relação aos IFRS mencionados abaixo, não houve a promulgação do CPC correspondente.

### 3.3.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### **3.3.2 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá a IAS 1 – Presentation of Financial Statements, introduzindo novos requisitos com o objetivo de aumentar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras.

Embora a IFRS 18 não altere o reconhecimento ou a mensuração dos itens, esperam-se impactos relevantes na apresentação e na divulgação das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação das informações e a determinados aspectos da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18 em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em uma avaliação preliminar, destacam-se, entre outros, os seguintes possíveis efeitos: alterações na forma de apresentação do resultado decorrentes da nova classificação de receitas e despesas em categorias padronizadas e da introdução de novos subtotais; possíveis ajustes na apresentação das principais demonstrações financeiras, com reagrupamento ou maior detalhamento de determinadas linhas, conforme os novos princípios de agregação e desagregação; novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração; e ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme os novos requerimentos da norma.

A IFRS 18 tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, de modo que as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas quando da adoção inicial da norma.

### **3.3.3 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

### **3.3.4 Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)**

Em 13 de novembro de 2025, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IAS 21 para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária.

### 3.3.5 Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11

Consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

## 4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

#### 4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa (“Políticas Financeiras”), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio; e
- (iv) taxas de juros.

A Administração dos riscos de liquidez, crédito, taxas de câmbio e taxas de juros da Companhia é realizada pela Controladora de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

### 4.2 Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço.

Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não são reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	31/12/2025					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	3.457	3.457	3.457			
Empréstimos e financiamentos	15.581	18.055	4.784	4.499	8.772	
Outros passivos	13.081	14.919	2.486	4.973	4.973	2.487
	<b>32.119</b>	<b>36.431</b>	<b>10.727</b>	<b>9.472</b>	<b>13.745</b>	<b>2.487</b>

  

	31/12/2024					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	1.766	1.766	1.766			
Empréstimos e financiamentos	18.836	22.547	4.547	4.684	12.396	920
Outros passivos	11.686	15.880	1.895	1.961	6.226	5.798
	<b>32.288</b>	<b>40.193</b>	<b>8.208</b>	<b>6.645</b>	<b>18.622</b>	<b>6.718</b>

### 4.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras.

#### 4.3.1 Contas a receber de clientes

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Baixo <sup>(1)</sup>	2.776	2.672
	<b>2.776</b>	<b>2.672</b>

1) Vencendo e em atraso até 30 dias.

#### 4.3.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	2.295	7.526
Aplicações financeiras	46.757	29.183
	<b>49.052</b>	<b>36.709</b>

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Classificação de risco <sup>(1)</sup>	31/12/2025	31/12/2024
	brAAA	49.052
	<b>49.052</b>	<b>36.709</b>

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*.

**4.4 Administração de riscos regulatório**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

**4.5 Administração do risco hidrológico**

A Companhia compõe o conjunto de usinas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e esse mecanismo, é uma forma do risco hidrológico ser compartilhado entre diversos agentes. Dessa forma, se as chuvas se concentrarem em determinada região, as regiões mais secas serão menos afetadas. Portanto, nesse mecanismo, a energia gerada por todas as usinas que compõe o MRE é dividida proporcionalmente à Garantia física de cada usina.

A Companhia possui um departamento de Energia, que efetua constantemente, o monitoramento hidrológico e também das regulamentações da ANEEL.

**5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 2.295 (R\$ 7.526 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos são compostos por valores mantidos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com vencimentos originais iguais ou inferiores a 90 dias na data de sua contratação, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O montante é composto por valores mantidos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras totalizaram R\$ 46.757 (R\$ 29.183 em 31 de dezembro de 2024). Os recursos estão integralmente aplicados em cotas de fundo exclusivo de renda fixa, caracterizado por liquidez diária.

As aplicações financeiras vinculadas apresentaram taxa média de rentabilidade de 99,67% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (104,29% do CDI em 31 de dezembro de 2024), estando integralmente classificadas no ativo não circulante.

## 7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

### 7.1 Composição dos saldos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 2.776 (R\$ 2.672 em 31 de dezembro de 2024), composto integralmente por valores a receber de clientes no país, referentes a operações realizadas com terceiros. Esses valores representam montantes de curto prazo, registrados de acordo com os valores faturados e líquidos.

### 7.2 Análise dos vencimentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Valores a vencer</b>	<b>2.776</b>	2.672
	<b>2.776</b>	<b>2.672</b>

## 8 PARTES RELACIONADAS

### 8.1 Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício

As transações da Companhia com acionista controlador foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a (i) reembolso de despesas e (ii) geração e distribuição de energia elétrica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

	<b>Fornecedores</b>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Transações com acionista controlador</b>		
Suzano S.A.	<b>(356)</b>	(45)
	<b>(356)</b>	<b>(45)</b>

	<b>Receitas (Despesas), líquidos</b>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Transações com acionista controlador</b>		
Suzano S.A.	<b>164</b>	(12)
	<b>164</b>	<b>(12)</b>

## 9 IMOBILIZADO

	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Taxa de depreciação média a.a. %	3,07	3,52		7,21	
<b>Custo acumulado</b>	128.648	17.394	114	349	146.505
<b>Depreciação acumulada</b>	(33.148)	(15.591)		(12)	(48.751)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>95.500</b>	<b>1.803</b>	<b>114</b>	<b>337</b>	<b>97.754</b>
Adições		5	447		452
Depreciação	(1.593)	(1.156)		(23)	(2.772)
Transferências e outros	(17.578)	17.702	60	(184)	
<b>Custo acumulado</b>	<b>111.070</b>	<b>35.101</b>	<b>621</b>	<b>165</b>	<b>146.957</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>(34.741)</b>	<b>(16.747)</b>		<b>(35)</b>	<b>(51.523)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>76.329</b>	<b>18.354</b>	<b>621</b>	<b>130</b>	<b>95.434</b>
Adições			449		449
Depreciação	(1.594)	(1.168)		(26)	(2.788)
Transferências e outros	40	41	(104)	23	
<b>Custo acumulado</b>	<b>111.110</b>	<b>35.142</b>	<b>966</b>	<b>188</b>	<b>147.406</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>(36.335)</b>	<b>(17.915)</b>		<b>(61)</b>	<b>(54.311)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>74.775</b>	<b>17.227</b>	<b>966</b>	<b>127</b>	<b>93.095</b>

## 10 INTANGÍVEL

### 10.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	31/12/2025	31/12/2024
<b>No início do exercício</b>	<b>7.033</b>	<b>7.372</b>
Amortização	(339)	(339)
<b>No final do exercício</b>	<b>6.694</b>	<b>7.033</b>

	Taxa média % a.a.	31/12/2025	31/12/2024
<b>Representados por</b>			
Concessão de usina hidrelétrica <sup>(1)</sup>	4,37	6.694	7.033
<b>No final do exercício</b>		<b>6.694</b>	<b>7.033</b>

(1) A Companhia monitorou o processo relacionado a regulamentação da Lei nº 14.052 que trata da compensação, mediante prorrogação dos prazos dos contratos de autorização/concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico. Em 03 de agosto de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou a resolução homologatória Nº 2.919, cujo cálculo do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis é de 1005 dias, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública por usina participante. A Companhia registrou um ativo intangível no montante de R\$7.711 e em contrapartida, reconheceu uma recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda nas demonstrações do resultado, no mesmo montante. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão, serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, deu a autorização de exploração no qual passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035.

## 11 FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Em moeda nacional</b>		
Terceiros	3.101	1.721
Partes relacionadas (nota 8.1)	356	45
	<b>3.457</b>	<b>1.766</b>

## Mucuri Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

**12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****12.1 Abertura por modalidade**

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante		Total	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Em moeda nacional</b>									
BNDES – Finem <sup>(1)</sup>	BRL	TJLP	8,6%	3.779	3.693	11.802	15.143	15.581	18.836
				3.779	3.693	11.802	15.143	15.581	18.836
Juros sobre financiamento				52	59			52	59
Financiamentos captados a longo prazo				3.727	3.634	11.802	15.143	15.529	18.777
				3.779	3.693	11.802	15.143	15.581	18.836

(1) Os empréstimos e financiamentos foram constituídos com objetivo de auxiliar na construção de implantação da PCH Mucuri.

**12.2 Cronograma de vencimentos - não circulante**

	2027	2028	2029	2030	2031	Total
<b>Em moeda nacional</b>						
BNDES – TJLP	3.779	3.779	3.779	465		11.802
	3.779	3.779	3.779	465		11.802

### 12.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Início do exercício</b>	<b>18.836</b>	22.297
Juros apropriados	<b>1.311</b>	1.571
Variações monetárias, líquidas	<b>429</b>	171
Pagamento de principal	<b>(3.684)</b>	(3.616)
Pagamento de juros	<b>(1.311)</b>	(1.587)
<b>Fim do exercício</b>	<b>15.581</b>	<b>18.836</b>

### 12.4 Garantias

A Companhia possui um saldo classificado como fundo de investimento, referente a um depósito em garantia constituído para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o BNDES. E como garantia da operação, são definidos em contrato a totalidade das ações do capital social e a totalidade da receita proveniente de energia elétrica até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas (nota 6).

## 13 TRIBUTOS A RECOLHER

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
ICMS/PIS/COFINS - operações <sup>(1)</sup>	<b>102</b>	102
IRPJ/CSLL	<b>415</b>	373
INSS retido na fonte	<b>48</b>	70
Imposto Sobre Serviços ("ISS")	<b>87</b>	171
Outros impostos e contribuições	<b>21</b>	40
	<b>673</b>	<b>756</b>

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): impostos incidentes na venda de energia elétrica.

## 14 OUTROS PASSIVOS

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Provisão TAC <sup>(1)</sup>	<b>13.082</b>	11.686
	<b>13.082</b>	<b>11.686</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.566</b>	<b>1.895</b>
<b>Não circulante</b>	<b>10.516</b>	<b>9.791</b>

(1) Provisão constituída para o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrado com o Ministério Público Estadual ("MPE") para elaborar um plano ambiental de conservação, um plano de recuperação de área degradada e um projeto de restauração florestal para as áreas referentes à PCH Mucuri.

## 15 PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e imobiliários.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, constituídas de acordo com o CPC 25, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

### 15.1 Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

	<b>Cíveis e ambientais</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>7.421</b>	3.196
Pagamento		(9)
Reversão	<b>(7)</b>	9
Adição <sup>(1)</sup>	<b>1</b>	3.085
Atualização monetária	<b>656</b>	1.140
<b>Saldo de provisão</b>	<b>8.071</b>	<b>7.421</b>
Depósitos judiciais	<b>(2.511)</b>	(2.316)
<b>Saldo da provisão líquida</b>	<b>5.560</b>	<b>5.105</b>

(1) Adição decorrente da alteração de probabilidade, em decorrência de sentença judicial proferida em processo de execução definitiva, no qual a Companhia foi condenada no âmbito de um Termo de Compromisso de Conduta ("TCC") firmado com o Ministério Público Federal ("MPF"). O referido processo trata da ação de execução do TCC, ajuizada pelo MPF, para apurar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas.

#### 15.1.1 Cíveis e ambientais

Os processos cíveis e ambientais provisionados estão relacionados, principalmente, a discussão acerca do ajustamento do Termo de Compromisso de Conduta do Ministério Público Federal e da ação referente a imissão de posse de uma servidão administrativa de passagem de eletroduto, dentre outras.

No exercício de 2025 e 2024, a Companhia possuía 2 processos cíveis e ambientais.

### 15.2 Processos com risco de perda possível

A Companhia possui contingências de natureza trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Trabalhistas	<b>29</b>	27
	<b>29</b>	27

## 16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 16.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social da Companhia é de R\$183.056, dividido em 183.056.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 16.2 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 3% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 18.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência dos prejuízos acumulados.

### 16.3 Reservas

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social.

## 17 RESULTADO POR AÇÃO

### 17.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício e que compõem o capital social.

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Resultado do exercício</b>	<b>7.800</b>	7.578
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício – em milhares	<b>183.056</b>	183.056
<b>Resultado básico por ação ordinária - R\$</b>	<b>0,04261</b>	<b>0,04140</b>

### 17.2 Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

## 18 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.311)	(1.571)
Despesas bancárias	(195)	(189)
Outras	(2)	(740)
	<b>(1.508)</b>	<b>(2.500)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos sobre caixa e aplicações financeiras	5.724	3.031
	<b>5.745</b>	<b>3.031</b>
<b>Variações monetárias e cambiais, líquidas</b>		
Empréstimos e financiamentos	(429)	(171)
Outros ativos e passivos <sup>(1)</sup>	(2.586)	(2.186)
	<b>(3.015)</b>	<b>(2.357)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>1.222</b>	<b>(1.826)</b>

(1) Incluem efeitos das variações monetárias dos processos cíveis e da provisão da TAC, refletindo a atualização do ajuste a valor presente (AVP).

## 19 RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>31.320</b>	<b>30.783</b>
<b>Deduções</b>		
Impostos sobre vendas	(1.143)	(1.123)
<b>Receita líquida</b>	<b>30.177</b>	<b>29.660</b>

## 20 RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Custo dos produtos vendidos</b>		
Custo variável <sup>(1)</sup>	(3.429)	(1.107)
Serviços de terceiros	(8.886)	(7.491)
Depreciação e amortização	(3.127)	(3.111)
Gastos com energia - CCEE	(4.345)	(3.343)
	<b>(19.787)</b>	<b>(15.052)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Outros impostos e taxas	(311)	(100)
	<b>(311)</b>	<b>(100)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>		
Provisão para passivos judiciais	6	(3.094)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas <sup>(2)</sup>	(542)	15
	<b>(536)</b>	<b>(3.079)</b>

(1) Inclui custos com consumo de materiais.

(2) Refere-se substancialmente à revisão da provisão relacionada ao Compromisso e ao Planejamento de Restauração Ambiental.

## 21 RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>31.320</b>	30.783
Presunção imposto de renda - 8% (a)	<b>2.506</b>	2.463
Presunção contribuição social - 12% (b)	<b>3.758</b>	3.694
Demais receitas e ganhos de capital (c)	<b>5.954</b>	3.235
<b>Base de Cálculo - IRPJ (a) + (c)</b>	<b>8.460</b>	<b>5.698</b>
Imposto de renda: 15%	<b>1.269</b>	855
Adicional do imposto de renda: 10%	<b>822</b>	546
<b>Total de IRPJ (i)</b>	<b>2.091</b>	<b>1.401</b>
<b>Base de Cálculo - CSLL (b) + (c)</b>	<b>9.712</b>	<b>6.929</b>
Contribuição social: 9%	<b>874</b>	624
<b>Total de CSLL (ii)</b>	<b>874</b>	<b>624</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)</b>	<b>2.965</b>	<b>2.025</b>

## 22 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A., para as apólices de Risco Operacional, com limite máximo para indenização de US\$1.225.000 equivalente a R\$6.740.440, com vigência até outubro de 2026 e de D&O, responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.

Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral, apólice própria, no montante de R\$10.000 com vigência até maio de 2027.

A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

---

Marcos Moreno Chagas Assumpção  
Diretor

---

Aires Galhardo  
Diretor

---

Sergio Rodrigo Machado de Medeiros  
Contador PR – 055771/O-7

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 9419904C-B5BC-451D-BC03-E93EDFBD1544

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: DFP 2025 -12 Mucuri Energetica.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 32

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Sophia STeramoto

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

sophia.steramoto@pwc.com

Endereço IP: 201.44.251.133

## Rastreamento de registros

Status: Original

01 de abril de 2026 | 13:36

Portador: Sophia STeramoto

sophia.steramoto@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

01 de abril de 2026 | 18:27

Portador: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

## Eventos do signatário

Daniel Vinícius Fumo

Cargo do Signatário: Sócio

daniel.fumo@pwc.com

Partner

PricewaterhouseCoopers

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

### Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SyngularID Multipla

Cargo do Signatário: Sócio

Assunto: CN=Daniel Vinicius

Fumo:22704057818

## Assinatura

DocuSigned by:



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 201.44.251.133

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

## Registro de hora e data

Enviado: 01 de abril de 2026 | 13:40

Reenviado: 01 de abril de 2026 | 13:41

Reenviado: 01 de abril de 2026 | 13:42

Reenviado: 01 de abril de 2026 | 14:25

Visualizado: 01 de abril de 2026 | 18:22

Assinado: 01 de abril de 2026 | 18:26

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

## Eventos do signatário presencial

## Assinatura

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega do editor

## Status

## Registro de hora e data

## Evento de entrega do agente

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega intermediários

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de entrega certificados

## Status

## Registro de hora e data

## Eventos de cópia

## Status

## Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Sophia STeramoto sophia.steramoto@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<b>Copiado</b>	Enviado: 01 de abril de 2026   18:27 Visualizado: 01 de abril de 2026   18:27 Assinado: 01 de abril de 2026   18:27
<b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	01 de abril de 2026   13:40
Entrega certificada	Segurança verificada	01 de abril de 2026   18:22
Assinatura concluída	Segurança verificada	01 de abril de 2026   18:26
Concluído	Segurança verificada	01 de abril de 2026   18:26

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------